

## AS METAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO \*

Aceitando convite, para mim muito honroso, aqui venho trazer-vos minha contribuição, modesta mas de boa vontade. Não vos posso dar ensinamentos, mas apenas subsídios para o vosso trabalho. Sei que estais debruçados sobre os problemas brasileiros, analisando-os meticulosamente a fim de propor-lhes as soluções mais adequadas. Para um equacionamento eficaz, torna-se necessário colher elementos objetivos, na realidade brasileira. Essa realidade é complexa e, em geral, mal definida. É preciso encará-la de múltiplos ângulos para começar a compreendê-la. Encontro-me, exatamente, em um desses ângulos. Mais do que isso, estou colocado em um posto de direção, realizando uma tarefa específica, cuja transcendente importância para o futuro do Brasil não vos escapa, nem é mister encarecer.

Estou executando um programa de metas educacionais e delas vos quero dar informações. Por outro lado, estou tentando certas reformas do nosso sistema educativo, cujos fundamentos vos quero expor em suas linhas gerais.

Já conheço as normas da casa: exposição do professor ou conferencista, seguida de debate amplo. Submeto-me de bom grado ao regime vigente, que me parece o mais fecundo, pedagogicamente. Há participação ativa do aluno. Além disso, a exposição, necessariamente sucinta, será, no diálogo, esclarecida e completada.

Assim, procurarei ser breve.

Entremos no assunto.

Estamos longe do ideal democrático, prescrito pela Constituição, da escola para todos. Com efeito, eis a nossa situação:

### ENSINO PRIMÁRIO

População de 7 a 11 anos:..... 8.224.300

Temos escola para: . . . . . 5.768.727

*Déficit* de: . . . . . 2.455.573 — 29,85%

Mas, como há, nas nossas escolas primárias, alunos até 14 anos, a população escolar cresce para 12.686.000 e o *déficit* se amplia para 6.917.273. Desse número devem ser descontados os

\* Conferência pronunciada pelo Ministro da Educação, Prof. Clóvis Salgado, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em outubro do corrente ano.

das crianças de 12, 13 e 14 anos que se encontram em escolas médias (604.979) e os das que terminaram o curso primário e não seguiram o médio (149.177). Assim, o *déficit* da escola até os 14 anos cairia para 5.774.662.

#### ENSINO MÉDIO

Nossa população, de 12 a 18 anos, é de 9.646.100. Temos escola para 993.897 alunos. *Déficit* de cerca de 8.652.203 alunos.

#### ENSINO SUPERIOR

Se considerarmos satisfatória a situação norte-americana (30 % da população de 19 anos matriculada em cursos superiores), deveríamos contar 407.166 alunos matriculados na 1a. série superior. Contamos apenas com 28.868. *Déficit* de 378.298. Há 3.000.000 de norte-americanos em escolas superiores. Proporcionalmente, deveríamos ter 1.000.000. Temos apenas 84.000: *déficit* de 916.000.

Para preencher a deficiência, teríamos de multiplicar por 12 as nossas atuais escolas.

Uma imagem gráfica, comparativa da situação brasileira com a norte-americana, dará uma visão clara da deficiência escolar em que nos encontramos (quadro I).

Podemos considerar a nossa escola de talhe esguio, em forma de obelisco, como a escola dos países subdesenvolvidos: só uns poucos se educam. A forma pesada, em arranha-céu, seria a dos países desenvolvidos: todos se educam.

A proporção que nos desenvolvermos economicamente, o nosso obelisco tenderá a tornar-se arranha-céu robusto. Inversamente, poderíamos dizer: só seremos país desenvolvido economicamente quando nossa escola, de pirâmide esguia, tornar-se um cubo maciço. Educação e desenvolvimento marcham juntos, são processos concomitantes. Como a preocupação central do ISEB é exatamente estudar os fatores positivos e negativos do nosso processo de desenvolvimento, esta exposição seguirá esse roteiro, na apreciação do nosso ensino e indicará o programa adotado para corrigir as deficiências atuais.

\* \* \*

Se a quantidade de ensino que estamos oferecendo está muito aquém das nossas reais necessidades, a qualidade dele está, também, muito longe de ser satisfatória, tendo em vista a era tecnológica em que vivemos.

A *escola primária* não preenche nem o mínimo a que se propõe: ensinar a ler, escrever e contar aos que a procuram. Dos 2.885.252 alunos matriculados na 1a. série, em 1957, somente 1.275.232 lograram promoção à 2a. série, em 1958, isto é, 44%,

aproximadamente. Na realidade, esse número deve ser mais baixo, pois não estão computados os repetentes da 2a. série. Dos 56% de reprovados — 1.610.020 — muitos abandonam a escola definitivamente, permanecendo analfabetos. Outros repetem a 1a. série, hipertrofiando-a, tirando o lugar das crianças de 7 anos, que buscam a escola pela primeira vez. Deveríamos ter, em 1958, teoricamente, 1.733.200 na 1a. série (população brasileira de 7 anos) ; temos 3.014.879, isto é, um excesso de 1.281.679, agravando a crise de espaço das escolas.

Em 1954, matricularam-se, na 1a. série, 2.954.475 alunos dos quais somente 537.000 chegaram à 4a. série em 1958, ou seja, apenas 18.17%. Esse número deve ser menor, pois não se descontaram os alunos que estão a repetir a 4a. série em 1958.

De um modo geral, podemos assegurar que menos de 10% dos matriculados na 1a. série conseguem concluir a 4a. série, isto é, terminar o curso primário.

Justa é, portanto, a crítica que se faz à nossa escola primária: não alcança o mínimo de ensinar as técnicas rudimentares da leitura, da escrita e do cálculo.

A *escola média* parece ser ainda mais defeituosa do que a primária. Eis alguns comentários:

Funciona como filtro econômico entre a escola primária e a superior. Em 1957, eram particulares 67,9% dos estabelecimentos de grau-médio, sendo que cerca de 65% dos estudantes deviam pagar seus estudos. Os alunos provenientes das classes mais pobres só têm diante de si 35% das vagas oferecidas pelos estabelecimentos públicos, essas mesmas disputadas pelos mais bafejados da fortuna, que se podem melhor preparar para conquistá-las nos exames de admissão. Ainda mais: sendo rigorosos e concorridos os concursos vestibulares às Faculdades, a tendência é a vitória dos candidatos provenientes dos bons colégios particulares, exatamente os mais caros. Tudo isso comprova o caráter econômico-seletivo da escola média. Infelizmente, não disponho de dados seguros sobre a origem social dos estudantes de cursos superiores, mas a observação corrente é a de que poucos, muito poucos, provêm do meio operário urbano ou rural. Assim, a área de seleção dos mais capazes restringe-se em virtude de fatores estranhos ao único que deveria prevalecer: a capacidade individual. Isso, sem falar no dever democrático de abrir a escola igualmente a todos os jovens, e também no imperativo econômico, da expansão industrial, que tende a tornar a instrução de grau médio o nível mínimo para integração na moderna sociedade tecnológica.

Apresenta nítida preferência pelos estudos acadêmicos, humanísticos, destinados simplesmente a preparar os jovens para os estudos superiores, quando a evolução sócio-econômica está a criar

um número sempre crescente de ocupações técnico-profissionais exatamente de grau médio.

Em 1958, a matrícula nos diversos ramos do ensino médio assim se apresenta:

Secundário . . . . .	735.358	—	74,0%
Comercial . . . . .	155.799	—	15,6%
Normal . . . . .	77.857	—	7,9%
Industrial . . . . .	20.512	—	2,1%
Agrícola . . . . .	4.371	—	0,4%
	<hr/>		
	993.897		100 %

Assim, cerca de 3/4 partes dos jovens buscam o ensino secundário, veículo tradicional de acesso ao ensino superior, socialmente prestigioso. Apenas 1/4 parte aprende, dos 12 aos 18 anos, uma profissão. Menos do que isso, pois, muitos estudantes dos cursos comerciais e normais, deles se estão valendo somente para chegar à escola superior.

Os cursos profissionais destinados aos setores da produção — industrial e agrícola — continuam lamentavelmente deficientes: apenas 24.883 alunos, ou 2,5% da matrícula total. Sobre 1956, pequeno avanço em números absolutos (eram 20.602 os alunos); em números relativos, nenhuma alteração (eram os mesmos 2,5%).

Para atividades terciárias, que gravam o prato do consumo, prepara-se a imensa maioria dos jovens brasileiros: 97,5%.

Por que se encaminhariam os jovens, de preferência, ao ensino secundário? Pode-se responder: pelo prestígio tradicional dos estudos acadêmicos que conduzem à escola superior, máximo degrau da escala social; porque conduz a profissões de exercício mais suave; porque os colégios secundários são numerosos, baratos para os alunos e lucrativos para os proprietários, enquanto que as escolas industriais e agrícolas são em pequeno número, de manutenção caríssima, não oferecendo atrativos aos particulares e aos governos de orçamentos fracos. Só a União e os Estados mais prósperos se animam a criá-las e mantê-las. Daí sua lenta expansão.

O ensino secundário não cumpre nem o seu restrito objetivo de preparatório aos cursos superiores. Os 280.000 alunos da 1a. série ginásial reduzem-se a 96.000 na 4a. série, a 48.000 na 1a. série colegial, e a 21.000 na 3a. série, sendo certo que menos de 20.000 concluirão o ciclo colegial. Assim, apenas 7% dos matriculados na 1a. série concluem o curso secundário. Quando vão disputar as escassas vagas oferecidas pela escola superior, competindo com os que concluem outros cursos e com os repetentes dos concursos vestibulares, verifica-se um verdadeiro desas-

tre: reprovações em massa. De 800 candidatos a certa Faculdade de Medicina, em 1958, apenas 45 foram aprovados. Na Engenharia, tão essencial a nosso desenvolvimento, restam sempre vagas a preencher, por falta de candidatos habilitados. Até em Faculdades de Direito isso acontece, como foi o caso na Faculdade de Direito de São Paulo, no corrente ano. O latim causou uma hecatombe: cerca de 700 provas escritas com grau zero.

Não entrarei na análise das causas da falência do nosso ensino secundário. São conhecidas: falta de professores devidamente habilitados (apenas 16% licenciados em Faculdades de Filosofia), por motivo do rápido crescimento da matrícula (de 65.000 em 1932 a 735.000 em 1958, isto é, 11 vezes em 26 anos); acúmulo excessivo de matérias; ensino verbalístico das ciências; falta de instalações e equipamentos adequados; falta de recursos para remunerar condignamente o professor, que se vê, por isso, compelido a ministrar um número de aulas incompatível com o bom ensino.

O resultado de tudo é um despreparo generalizado da mocidade, que a inferioriza como elemento produtivo em uma sociedade cada vez mais alicerçada na ciência e na técnica. Os vencidos vão ficando pelo caminho, desajustados, à procura de uma profissão que sempre lhes foge, por carência de habilitação. Não lhes resta senão o melancólico caminho da burocracia pública ou privada.

A *escola superior* se ressent, desde logo, do mau preparo dos alunos que recebe. Isso é mais nítido nas carreiras que exigem sólida base científica. Não iremos, entretanto, nesse caminho. Ficaremos dentro do nosso objetivo: educação para o desenvolvimento. Sob esse aspecto, assinalo que estamos formando um número insuficiente de engenheiros e químicos, que são os técnicos mais importantes para a tarefa da expansão industrial; que não formamos, praticamente, especialistas nos ramos cada vez mais numerosos e diferenciados da fabricação de máquinas e sua operação; que não temos onde formar cientistas, pesquisadores, professores e técnicos de nível pós-graduado; que não temos cuidado devidamente da formação de economistas e de altos administradores de empresas, colaboradores indispensáveis na hora em que os pequenos estabelecimentos industriais e comerciais tendem a transformar-se em grandes e complexos organismos de produção em massa e de distribuição em escala nacional e internacional; que o Estado, cada vez mais atuante nos campos econômico e social, não se aparelhou de administradores públicos altamente capacitados para as urgentes tarefas do planejamento, da direção e da administração.

Os estudiosos de nossa evolução industrial comparam o Brasil de 1948 com os Estados Unidos de 1890. Partindo desse dado,

procurou o Prof. Kafuri estabelecer as nossas necessidades em engenheiros, até 1956. A comparação mostra que, se considerarmos, de um lado, a expansão industrial brasileira e, do outro, o crescimento normal das formaturas nas atuais escolas, teremos, em 1965, em virtude de *deficits* anualmente acumulados, uma falta de 12.476 engenheiros. Isso quer dizer que o surto do progresso econômico nacional seria detido por esse estrangulamento em via essencial.

O quadro dos diplomados em engenharia, além da insuficiência, revela inadequada distribuição por especialidades. Entre os 1825 engenheiros e arquitetos formados em 1956, registram-se:

Arquitetos .....	481	1.495 — 81,9%
	993	
Urbanistas .....	21	
De aeronaves .....	24	
De aerovias .....	15	
De eletrônica .....	9	
De minas .....	16	
De petróleo .....	12	
Eletricistas .....	93	
	0	
	0	
	8	
	68	
Mecânicos eletricistas ..	35	
Metalúrgicos .....	5	
Químicos .....	45	

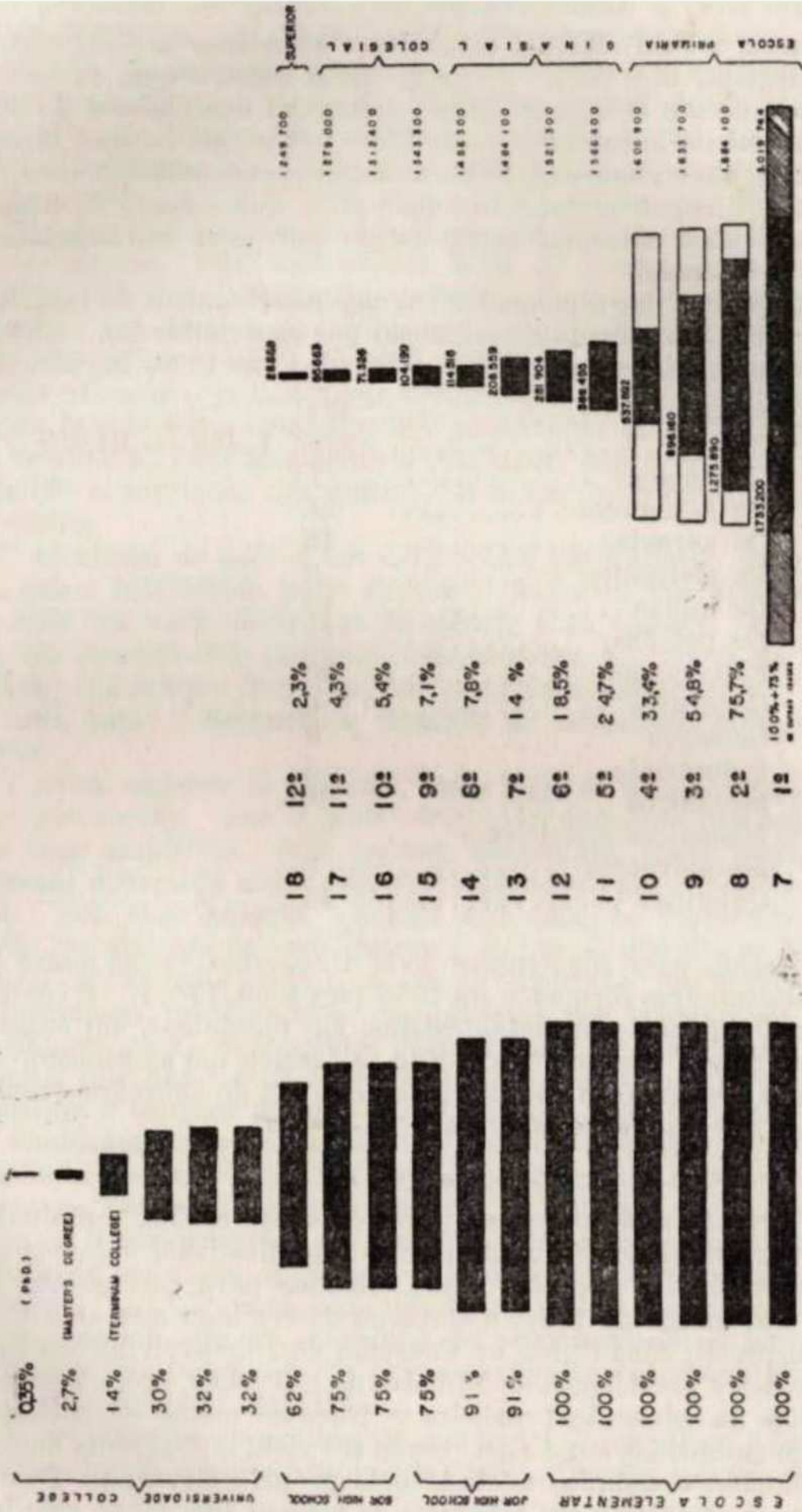
Assim, para construções civis e estradas, temos quase 82% dos engenheiros formados em 1956 (em 1955, 77%). É tremenda nossa indigência em metalurgistas, em mecânicos, em engenheiros de minas, em químicos. Não se formou um só geólogo. Isso, quando é necessário mobilizar as reservas do subsolo e transformá-las em utilidades e riquezas.

\* \* \*

Traçado esse programa geral de nosso ensino, e assinaladas as suas deficiências quantitativas e qualitativas, vejamos quais as providências que vêm sendo tomadas para corrigi-las.

Em março de 1957, o Governo determinou que uma Comissão especial, constituída no Conselho do Desenvolvimento Econômico, sob a presidência do Ministro da Educação, procedesse a uma análise da educação brasileira e traçasse metas educacionais a serem cumpridas em 4 anos, tendo em vista o programa de desenvolvimento econômico adotado pelo próprio Governo. Esse trabalho se completou em setembro do mesmo ano, tendo sido incor-

# EXTENSÃO E MATRICULA DO SISTEMA ESCOLAR NOS U. S. A. E NO BRASIL



BRASIL

IDADE GRAU

MEC-INEP-SAE

U. S. A.

porado ao plano geral do governo como meta n.º 30. Dispensome de reproduzi-lo aqui, por se achar publicado.

Desde o início, verificou a Comissão que as deficiências eram de tal monta que o Brasil não teria recursos para enfrentá-las na totalidade. Assim, adotando uma linha objetiva, reduziu o programa ideal a proporções que lhe pareceram exequíveis. Para isso, foi necessário estabelecer prioridades. De certo modo, a opção já fora feita pelo Governo, quando se dispôs a tirar proveito da moderna e poderosa tecnologia para acelerar o progresso do País. Por isso, o esforço maior e imediato deveria aplicar-se à formação de cientistas e técnicos de nível superior. Não obstante, isso haveria de implicar também na melhoria dos níveis inferiores de ensino, seja para preparar os aspirantes ao nível superior, seja para a formação dos diversos quadros de mão-de-obra qualificada.

Dos estudos procedidos, ficou a convicção de que os investimentos em educação, de alta mas só indireta rentabilidade, não comportam financiamento bancário. São, por natureza, aplicações tipicamente orçamentárias. Por isso, buscou a Comissão analisar o orçamento federal, tendo em vista verificar se comportava êle a sobrecarga do programa estabelecido. A resposta foi positiva: desde que a União cumprisse o preceito constitucional do art. 169, de aplicar no ensino o mínimo de 10% da renda tributária. Nos 9 últimos anos (1948 a 1957) a taxa média foi de 6,9. Assim, podia-se reclamar um mínimo de 3% da renda dos impostos para ser somado ao orçamento que vinha sendo votado nos últimos anos. Em uma receita estimada, para 1958, em cerca de 110 bilhões, tal percentagem representa 3,3 bilhões, quantia julgada satisfatória.

Foram, então, tomadas duas providências: a primeira, imediata, da inclusão no orçamento de 1958, através de emenda, das dotações necessárias à execução do plano (isso foi, em parte, conseguido); a segunda, de efeito permanente, e constante da regulamentação, em lei ordinária, do art. 169 da Constituição, para garantir a inclusão orçamentária do mínimo de 10% da renda dos impostos (o respectivo projeto de lei foi enviado ao Congresso). Esse projeto define o que deva ser considerado despesa com o ensino; distribui os recursos em 3 Fundos para orientar o crescimento harmonioso dos 3 níveis do ensino (2% ao primário, 3% ao médio e 4% ao superior); estabelece o mecanismo recolhimento dos saldos orçamentários e o de reajustamento das dotações à receita realmente arrecadada. Embora ainda não aprovada a lei, já o Congresso aceitou o princípio e se dispõe a votar o orçamento da Educação, para 1959, na base dos 10% constitucionais. Diga-se que esse teto foi atingido no orçamento de 1958,



sendo que a execução vem respeitando, no todo, as verbas destinadas ao plano de metas.

Vejamos os objetivos traçados e como vêm sendo atacados no corrente ano:

#### ENSINO PRIMÁRIO

Desordem nas matrículas. Correção: regularização por idade, da matrícula e da frequência. Com uma dotação de 20 milhões, iniciaram-se 2 experiências-pilôto, uma em Porto Alegre e outra em Natal. Criaram-se classes de emergência para crianças de mais de 11 anos. A promoção, nos próximos anos, será cronológica, organizando-se as turmas, em cada série, de acordo com o adiantamento dos alunos. Assim, garante-se a permanência do aluno durante 4 anos na escola e somente 4 anos. Não será excluído, por reprovação, aprendendo o que puder; mas também não ficará mais de 4 anos, ocupando o lugar de outros. Se tivéssemos só alunos de 7 a 11 anos em nossas escolas, nossa deficiência escolar global seria de 30%. Nas cidades, está demonstrado, o espaço escolar seria suficiente para abrigar a todas as crianças. No campo, a deficiência permaneceria. Entretanto, dada a dispersão da nossa população rural, haverá, durante algum tempo ainda, crianças fora do alcance das escolas, estimado em cerca de 2 a 3 km. Assim vista, a deficiência nas áreas rurais torna-se menos chocante, e, de certo modo, tolerável.

Insuficiência de escolarização: pretende-se estender, gradativamente, a duração do curso a 6 anos nas cidades e a 4 nos campos; e o dia escolar a 6 horas. Estamos empregando, em escala nacional, recursos no montante de 360 milhões, para preparo do professorado, construção e equipamento das salas de aulas e oficinas para um curso complementar de 2 anos, anexado aos grupos escolares, em convênio com os Estados, os Municípios e também com particulares. Tendo à frente um Coordenador, o projeto vem sendo executado com segurança, embora com certo retardamento, dada a necessidade de tratar com o grande número de pessoas nele comprometidas.

Deficiência do professorado: vem sendo enfrentada com verbas para aperfeiçoamento e formação de professores, construções e equipamentos de escolas normais. Essas verbas somam, em 1958, 320 milhões. Trata-se de um projeto que vem sendo executado há anos. Apenas se viu, agora, intensificado. Para êle contamos, também, com a ajuda da UNESCO, através do seu Projeto Principal para a América Latina, adotado em 1956.

A alta percentagem de analfabetos, estimada em 50% da população acima de 10 anos, está a exigir uma cruzada nacional. Antes de enfrentá-la, deliberou-se realizar experimento de erradicação do analfabetismo em área limitada. Estudou-se, em 1957,

o município de Leopoldina, em Minas Gerais, distante 200 km. do Rio. O Congresso, pelo orçamento, determinou que se estendesse a experiência a 5 municípios, um em cada zona do País. Entretanto, limitou-se a manter a verba de 20 milhões solicitada para um só município. Por isso, o trabalho teve de ser instalado gradativamente: primeiro em Leopoldina, depois em Timbaúba (Pernambuco), a seguir, em Catalão (Goiás). Estuda-se, ainda, a escolha de um município no Pará e outro no Rio Grande do Sul. Em Leopoldina, município de 50 mil habitantes, havia cerca de 40% de analfabetos e 3.000 crianças sem escola. Foram instaladas, desde logo, classes de emergência para crianças e adultos, e atacado um programa de construção de 46 escolas rurais, das quais 25 se encontram concluídas. Em junho de 1959, todas deverão estar em funcionamento. Os resultados colhidos nesses 5 centros-piloto servirão de base para um planejamento, em escala nacional, de uma campanha para varrer o analfabetismo. Por ora, não sabemos quanto isso nos custaria, que meios empregar e que resultados seriam colhidos.

#### ENSINO MÉDIO

*Ensino Industrial* — Julgou-se indispensável aumentar a oferta de matrículas nesse ramo, melhorar as instalações e o equipamento das escolas existentes e criar outras novas. Esse projeto implica despesas de 423 milhões em 1958, que estão sendo feitas. As 22 escolas da rede federal estão recebendo obras e equipamentos. Algumas serão totalmente novas. A lotação deverá ser triplicada em 1960. Através de convênio com os Estados, iniciou-se a construção de novas Escolas Técnicas em Novo Hamburgo e São Bernardo do Campo; em estudo, estão as Escolas de Construção Civil em Jundiaí e de Construção Naval em Santos. Em convênio com particulares, acham-se em construção as escolas industriais de São José dos Campos, Congonhas do Campo e Juiz de Fora. Para aperfeiçoamento do professorado, instalou-se, em convênio com a CBAI, um centro de treinamento em Curitiba.

*Ensino Agrícola* — Da competência do Ministério de Agricultura, será incrementado através da ampliação da rede de escolas agrícolas. O plano, dispendo de 200 milhões no corrente exercício, prevê a ampliação e o reequipamento de 32 Escolas Agro-técnicas, 7 Agrícolas e 13 de Iniciação Agrícola; e mais o equipamento de 26 Escolas de Magistério de Economia Rural Doméstica e de 33 de Tratoristas.

*Ensino Secundário* — Dentro do programa de desenvolvimento desse ramo, consubstanciado na lei que criou o Fundo respectivo, cujos recursos serão triplicados, uma vez aprovado o

projeto de lei destinado a disciplinar o art. 169 da Constituição, o plano recomenda a intensificação das bolsas de estudo, como meio mais idôneo de amparo imediato aos estudantes carentes de recursos para custear a escola particular. Dispondo de 240 milhões, foi possível aproximar-se da recomendação de 29.000 bolsas, o que significa uma média de Cr\$ 8.000,00 por bolsa distribuída. Números exatos ainda não temos, em virtude da descentralização do serviço pelas 33 inspetorias regionais do País.

#### ENSINO SUPERIOR

Nesse ramo fazia-se necessário maior número de tecnologistas. Para isso, duas providências se impunham:

1.<sup>a</sup>) Preencher todas as vagas oferecidas pelas escolas de engenharia: recomendou-se a criação de um ano prévio, para preparar os candidatos ao vestibular. Não tendo sido consignadas verbas para esse fim, o projeto iniciou-se, graças à cooperação das Universidades, em Curitiba e Fortaleza, sendo anteriormente existente no Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos.

2.<sup>a</sup>) Aumentar a capacidade das Escolas de Engenharia, de modo a atingir 3.000 matrículas na 1ª série: em 1957 matricularam-se, em engenharia, arquitetura, urbanismo, aeronáutica e química industrial, 2.252 alunos novos. Em 1958, esse número ascendeu a 2.980, atingindo, praticamente, a meta desejada. Uma dotação de 100 milhões foi distribuída a 12 escolas de engenharia para instalações, equipamentos e manutenção de novos serviços.

Para modificar a estrutura atual das escolas de engenharia, permitindo tempo integral aos professores e assistentes, atividades de pesquisa pura e aplicada à indústria, além da oportunidade da formação do magistério de alto nível, deliberou-se a criação de 14 institutos de pesquisa e ensino nas Universidades. Para 1958, o orçamento destinou verbas iniciais a 8 Institutos do plano, a saber: Economia Rural, na Universidade Rural do Rio de Janeiro; Genética, em Piracicaba; Geologia, no Recife; Química, em Salvador; Mecânica, em Curitiba; Física, em Porto Alegre; Tecnologia Rural, em Fortaleza; e Mineração e Metalurgia, em Ouro Preto. Os respectivos acordos já foram firmados, dentro das finalidades visadas. As atividades em Piracicaba e no Km. 47 já se iniciaram. Os demais Institutos se acham em fase de organização. Para 1959, o orçamento consignará verbas para esses 8 Institutos e para os 6 restantes: Economia, no Distrito Federal; Química, no Distrito Federal; Eletrotécnica em Belo Horizonte; Mecânica, em Belo Horizonte; Matemática, em Porto Alegre e Mecânica Agrícola, em Curitiba.

É nesse grande plano dos Institutos, que vem sendo coordenado diretamente pelo Ministério da Educação, que repousa nossa

esperança de dar novos rumos e nova feição ao ensino da engenharia, engrenando-a, de fato, no esforço do desenvolvimento brasileiro.

Recomendou-se um apoio integral às Instituições de Pesquisas Sociais e Econômicas e aos cursos de formação de administradores de empresas. Não tendo havido dotação específica, procurou-se maior apoio dos programas de ajuda técnica do Ponto IV e da UNESCO. Isso se obteve. Ainda agora, acaba de ser firmado convênio com o Ponto IV, para a vinda de 16 professores estrangeiros (além dos 10 que já temos) destinados àqueles ramos de ensino. Esse acordo importa em cerca de 2 milhões de dólares, em 5 anos.

Recomendou-se ajuda financeira ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica, de São José dos Campos, sobretudo para que possa receber, como estagiários, engenheiros que se queiram aperfeiçoar em aeronáutica eletrônica, especialidade da mais alta significação para o Brasil.

*Formação de geólogos* — O plano de metas deixou de incluí-lo expressamente por já se ter iniciado, em 1957, com 4 cursos: no Recife, Ouro Preto, São Paulo e Porto Alegre. Não tínhamos cursos próprios para a formação de especialistas em geologia, daqueles que vão aos campos identificar e calcular o valor das jazidas; dos que estudam as fundações dos edifícios, pontes e barragens; dos que traçam os túneis e canais; dos que sondam as reservas de águas profundas; enfim, daqueles que, valorizando o subsolo, criam uma nova dimensão para nossa frágil economia, feita, até aqui, arranhando a crosta da terra. O sucesso foi grande: numerosos alunos e a criação, já este ano, de mais 2 cursos: Salvador e Rio de Janeiro. É um programa de 80 milhões.

Ponto grato a este Instituto: Assinalou-se a conveniência de se dar estrutura definitiva ao ISEB, como órgão intimamente ligado ao estudo dos problemas do nosso desenvolvimento e do equacionamento das melhores soluções, dentro de uma concepção total daquilo que é e que deva ser a Nação Brasileira. Não é por mero acaso ou simples cortesia que aqui me encontro a expor o pensamento e os planos do Governo para melhorar a educação do povo brasileiro. Aqui é lugar próprio para esses encontros propiciadores do debate e do esclarecimento dos grandes problemas, daqueles que devem estar no espírito e no coração dos que amam este País e têm que responder por uma parcela que seja do seu destino.

#### PLANEJAMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO

Ao fim desta exposição, não terá escapado a ninguém que o plano adotado é de certo modo fragmentário e só atende a fatores circunstanciais. Devemos reconhecê-lo, não para desprezar o que

se está fazendo, pois é o que de melhor poderia ser feito, na hora atual, dentro da realidade brasileira. Pelo menos assim o entendeu a douta Comissão que o elaborou. Mas, para desejar, de futuro, coisa mais completa, isto é, um planejamento integral da educação.

É obra para os próximos anos. Antes dela, deve-se, a meu ver, aprovar uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É o que sustento em breve comentário, publicado no n.º 12 do *Boletim do MEC* e que me permito transcrever:

"Um dos dogmas da democracia é o direito à educação. Proclamam-no, com ênfase, a Carta das Nações Unidas, a Carta da Organização dos Estados Americanos, a Declaração Universal e Americana dos Direitos do Homem, bem como as Constituições de todas as nações democráticas. O Brasil consagrou o princípio no art. 166 da Constituição de 1946: "A educação é direito de todos..." No art. 168 torna o ensino primário obrigatório, e gratuito, o oficial; o ensino posterior ao primário será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos.

Tais dispositivos reconhecem o direito, mas deixam claro que êle será uma conquista do futuro. Por ora, somente a escola primária oficial terá suas portas abertas a todos os estudantes que a procurarem. Assim é, porque os recursos públicos são ainda insuficientes para dar escola gratuita em todos os níveis.

Ora, nem esse mínimo da educação primária estamos assegurando às crianças brasileiras. As escolas são insuficientes em quantidade e deficientes na qualidade do ensino que ministram. Uma impressionante taxa de analfabetismo (50%) atesta nossa dramática realidade.

Para cumprir rigorosamente a Constituição, deveríamos concentrar todos os recursos públicos para resolver, primeiramente, o problema do ensino elementar. Somente depois de ter garantido a todas as crianças um banco na escola primária, é que o Estado poderia cuidar de abrir escolas médias e superiores gratuitas. Na prática, reconheceu-se que a sobrevivência e o progresso, nessa era tecnológica em que vivemos, exigem dos povos alto nível de conhecimentos. Daí as instituições públicas de ensino superior, em número crescente, mas ainda incapazes de atender a todas as necessidades do País. Basta considerar que, de 100 alunos da 1a. série primária, apenas 1 tem probabilidade de atingir curso superior. Estamos com cerca de 50% de gratuidade no nível superior e 30% no grau médio.

Longe nos encontramos de realizar a boa escola democrática, que ofereça, por igual, acesso a todos os jovens brasileiros, distinguindo-os apenas pelos dotes inatos.

Os recursos são escassos para realizar o ideal da escola para todos. Por outro lado, argüem os entendidos, os recursos dispo-

níveis não têm sido bem empregados. Poderiam dar rendimento mais alto, se distribuídos mais racionalmente. Além disso, o ensino que vimos ministrando não é o mais adequado às nossas condições sociais e econômicas. Urge melhorá-lo e adaptá-lo à realidade presente.

Tais fatos, que não são peculiares ao Brasil, mas de quase todas as nações deste continente, muito vêm preocupando as organizações nacionais e internacionais destinadas a promover o progresso e o bem-estar dos povos. Uma prova disso foi a recente realização, em Washington, do Seminário Interamericano sobre o Planejamento Integral da Educação, promovido pela OEA (Organização dos Estados Americanos), em que o Brasil se fêz representar pelos professores Heli Menegale, Jaime de Abreu e Carlos Mascaro.

As recomendações finais do Seminário são no sentido de que os países americanos cuidem de organizar, desde logo, os seus planos nacionais de educação, a curto, médio e longo prazo, tendo em vista levar, gradativamente, a escola a todos os seus filhos.

O planejamento integral da educação é concebido como um "processo contínuo e sistemático, no qual se aplicam e coordenam os métodos da investigação social, os princípios e as técnicas da educação, da administração, da economia e das finanças, com a participação e o apoio da opinião pública, tanto no campo das atividades estatais como privadas, a fim de garantir educação adequada à população, com metas e em etapas bem determinadas, facilitando a cada indivíduo a realização de suas potencialidades e sua contribuição mais eficaz ao desenvolvimento social, cultural e econômico do país".

Vê-se como se apresenta complexo o problema que se cuida de equacionar. Os elementos têm de ser colhidos na realidade social, econômica e cultural de cada país, através de pesquisas cientificamente conduzidas. Há que montar-se um órgão próprio para promover os estudos necessários, e, em permanente funcionamento, proceder às revisões e aos ajustamentos solicitados pela mudança social, hoje tão acelerada.

No capítulo das medidas a serem adotadas, as de ordem administrativa são relevantes. Um melhor rendimento dos sistemas educativos públicos e privados poderá ser alcançado por uma articulação harmônica dos esforços isolados ou esparsos.

Se encararmos o caso brasileiro, com vistas à formulação de um plano integral de educação, iremos encontrar pela frente uma série de dificuldades a serem vencidas: a extensão do território, o crescimento rápido da população, a administração subdividida em virtude do regime federativo, a expansão industrial a exigir uma intensificação e diversificação da obra educativa, a ascensão

das classes populares a reclamar mais espaço nas escolas, e outras que seria longo enumerar.

Assinalemos apenas o aspecto administrativo. É indispensável concentrar e articular os recursos privados e públicos — da União, dos Estados e dos Municípios — para alcançar maior rendimento de conjunto. Na realidade, estamos assistindo a uma dispersão de recursos e a uma fragmentação de esforços. Não se definiram bem as áreas de competência nem as formas de cooperação entre os vários círculos em que se opera o esforço educacional. Tudo o que se faz tem o sentido e o destino da obra fragmentária, para não dizer oportunista.

Sentindo a necessidade de coordenar, em plano alto, o esforço brasileiro de educação, determinou a Constituição, em seu art. 5.º, n.º XV, letra *d*, que se votasse lei complementar, fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O respectivo projeto de lei que tramita no Congresso, há 10 anos, tem, entre seus objetivos, esse, de disciplinar e unificar esforços. Define as competências da União, dos Estados e dos Municípios, em matéria educacional. Dá as normas gerais de organização da escola em seus diferentes níveis e ramos. Distribui os recursos federais destinados à educação pelos três níveis de ensino, garantindo-lhes crescimento harmonioso. Declara os objetos gerais da educação e os princípios em que se deva inspirar.

Tudo isso já é um começo de planejamento. É, pelo menos, a estrutura jurídica sobre a qual virá apoiar-se o plano a ser elaborado. Sem essa estrutura como alicerce, parece-me aleatório qualquer projeto integral de educação. Correria o risco de vir a ser mais um esforço isolado e fragmentário, sem eficácia sobre todo o corpo da Nação.

Eis mais um argumento para que reclamemos a imediata votação da lei básica da educação. Precisamos, com urgência, desse instrumento unificador de esforços e definidor de competências, a fim de marcharmos com segurança no equacionamento do magno problema da educação do povo brasileiro.

Depois de muitos esforços, o projeto se encontra em regime de urgência. Não acredito que possa vir a ser aprovado ainda este ano. Assim sendo, poderemos debatê-lo, aqui, no próximo ano. É a sugestão que deixo, ao encerrar esta palestra e ao agradecer a cordial atenção que todos me dispensaram.